

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. José de Souza Campos, 507 - 5ª andar Cambuí, Campinas (SP)

T +55 19 2042-1036

Aos Administradores e Acionistas da
Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.
Cotia – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de junho de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



José Eduardo Moreira Rocha
Contador CRC 1SP-329.826/O-0

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	88.116	45.202
Contas a receber	6	267.780	124.417
Estoques	8	282.850	180.769
Impostos a recuperar	9	2.068	91
Outros ativos		13.054	11.017
Total do ativo circulante		<u>653.868</u>	<u>361.496</u>
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	5	18.921	17.265
Partes relacionadas	7	19.514	-
Impostos a recuperar	9	47.999	43.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	25.343	29.636
Outros ativos		386	259
Propriedade para investimento	10	81.963	81.963
Imobilizado	11	207.202	170.545
Intangível	12	5.296	4.778
Direito de uso	13	6.726	5.116
Total do ativo não circulante		<u>413.350</u>	<u>353.264</u>
Total do ativo		<u>1.067.218</u>	<u>714.760</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	14	193.256	133.932
Empréstimos e financiamentos	15	651.892	235.689
Adiantamento de clientes	16	101.199	118.099
Instrumentos financeiros		3.570	2.499
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		8.367	7.721
Obrigações tributárias		2.323	2.587
Passivo de arrendamento	13	3.836	2.326
Outras contas a pagar		20.727	16.754
Total do passivo circulante		985.170	519.607
Passivo não circulante			
Fornecedores	14	7.123	-
Passivo de arrendamento	13	2.890	2.790
Empréstimos e financiamentos	15	46.877	33.623
Partes relacionadas	7	36.387	68.896
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	1.417	1.402
Total do passivo não circulante		94.694	106.711
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	18		
Capital social		70.000	70.000
Reserva de lucros		-	19.430
Outros resultados abrangentes		-	(988)
Prejuízos acumulados		(82.646)	-
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(12.646)	88.442
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		1.067.218	714.760

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	19	1.032.838	700.634
Custo dos produtos vendidos	20	<u>(808.038)</u>	<u>(554.272)</u>
Lucro bruto		224.800	146.362
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	20	(119.499)	(94.052)
Despesas gerais e administrativas	20	(36.931)	(33.388)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	20	<u>1.179</u>	<u>5.062</u>
		(155.251)	(122.378)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>69.549</u>	<u>23.984</u>
Receitas financeiras		74.662	41.164
Despesas financeiras		(237.277)	(61.557)
Variação cambial, líquidas		<u>2.677</u>	<u>(8.129)</u>
Resultado financeiro, líquido	21	(159.938)	(28.522)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(90.389)</u>	<u>(4.538)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	22	(7.394)	(2.108)
Diferidos	22	(4.293)	6.364
Prejuízo do exercício		<u>(102.076)</u>	<u>(282)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(102.076)	(282)
Outros resultados abrangentes	988	(988)
Resultado abrangente total do exercício	<u>(101.088)</u>	<u>(1.270)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Reserva de lucros				Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva para reinvestimentos	Reserva para dividendos não distribuídos			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	70.000	2.945	14.689	2.078	-	-	89.712
Hedge de preço	-	-	-	-	(988)	-	(988)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(282)	(282)
Absorção de prejuízos	-	-	(282)	-	-	282	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	70.000	2.945	14.407	2.078	(988)	-	88.442
Hedge de preço	-	-	-	-	988	-	988
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(102.076)	(102.076)
Absorção de prejuízos	-	(2.945)	(14.407)	(2.078)	-	19.430	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	70.000	-	-	-	-	(82.646)	(12.646)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(90.389)	(4.538)
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	20	11.804	11.636
Amortização de direito de uso (IFRS 16)	20	3.664	1.909
Baixa de ativos imobilizados	11	44	1.971
Baixa de propriedades para investimento		-	817
Provisão para perdas de créditos esperadas	20	(1.930)	(6.036)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	15	(350)
Rendimentos de aplicação financeira	21	(7.772)	(2.141)
Instrumentos financeiros – derivativos		1.071	1.302
Perda por clientes incobráveis		-	5.784
Juros passivos (IFRS 16)	21	549	263
Ajuste a valor presente	6	12.636	1.851
Provisão para comissões a pagar	20	36.553	35.321
Juros sobre empréstimos e financiamentos	21	74.609	25.588
Valor justo propriedade para investimento		-	(5.213)
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes	6	(154.069)	(11.282)
Contas a receber de partes relacionadas	7	(19.514)	16.124
Estoques	8	(102.081)	(132.827)
Impostos a recuperar		(13.668)	(18.968)
Outros ativos		(7.438)	(12.305)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	14	66.447	88.066
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		646	5.230
Obrigações tributárias		(264)	1.945
Adiantamentos de clientes		(16.900)	59.737
Contas a pagar a partes relacionadas	7	(32.509)	(31.407)
Outros passivos		(32.454)	(20.223)
Juros sobre financiamentos pagos	15	(66.305)	(20.372)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(337.255)</u>	<u>(8.118)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos imobilizados		(47.748)	(28.437)
Aquisição de intangível		(1.275)	(1.653)
Aplicações financeiras		6.116	(8.731)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(42.907)</u>	<u>(38.821)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	15	755.769	133.241
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(332.693)	(88.189)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		423.076	45.052
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>42.914</u>	<u>(1.887)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.202	47.089
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		88.116	45.202

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (“Companhia”) fundada no dia 15 de junho de 1998 é uma Companhia por ações de capital fechado, com sede na Estrada São Pedro, 685, em Mandaguari, Estado do Paraná, e tem por objeto social preponderante a fabricação de adubos e fertilizantes. Em 2019, a Companhia realizou a alteração da razão social da, até então denominada, Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A, para Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A com a finalidade de consolidação da marca Superbac.

A Companhia é controlada pela Superbac Biotechnology Solutions S.A. (“Superbac Bio”) e opera no mercado de fertilizantes de alta performance sendo a principal plataforma para o desenvolvimento de soluções inovadoras para o setor agrícola, visando proporcionar maior resistência para as culturas, aumento na produtividade da colheita, maior rentabilidade para os produtores rurais e sustentabilidade para o planeta.

A Companhia modernizou o seu complexo industrial e desenvolveu um processo produtivo inovador para o setor de fertilizantes, com o emprego tecnologias avançadas nos processos de fabricação, integrados a um sistema de automação e controle industrial. Estes investimentos resultam em uma entrega de fertilizantes de alta qualidade no campo, desde a plantadeira até a colheita. A incorporação da tecnologia no processo produtivo potencializa os benefícios do fertilizante e atua como um catalizador de nutrição para o solo.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 330.871, decorrente do aumento no passivo circulante derivado em quase sua totalidade de empréstimos de curto prazo para capital de giro, tendo em conta a não ocorrência da operação de captação de capital através da fusão de sua Controladora com a XPAC, vide Nota Explicativa nº 24.

A Administração da Companhia vem adotando medidas para readequar o perfil de endividamento, em particular, continua executando a sua estratégia de maximizar a utilização de seus ativos, sem abrir mão da estrita disciplina financeira, visando o aumento de eficiência operacional e a geração de fluxo de caixa livre positivo.

A Companhia reportou prejuízo de R\$ 102.076 em 31 de dezembro de 2022, bem como passivo a descoberto de 12.646. A capacidade da Companhia continuar com a normalidade das suas operações depende da renovação, extensão de linhas de crédito, obtenção de capital e da geração de operações futuras lucrativas. Especificamente, os níveis de endividamento da Companhia podem ter consequências importantes para o negócio, inclusive para a capacidade de financiar o capital de giro e de suportar desembolsos de capital recorrentes, tendo em conta os recursos necessários para pagar o serviço da dívida. Embora não haja garantias que a Companhia conseguirá gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para financiar as operações e atender sua dívida, a Administração segue implementando ações de melhoria operacional e racionalização de custos e despesas, aporte de capital com fundos de investimento, bem como desenvolvendo tratativas com as instituições financeiras que historicamente têm apoiado as operações da Companhia.

Dentre as iniciativas que a Companhia vem adotando, no dia 12 de maio de 2023 a Superbac Bio assinou um Acordo de Investimento (“Acordo”) com o fundo XP Private Equity II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo XP”) com vistas à aquisição, pelo Fundo XP, de 30% de seu capital social em troca de um aporte de capital de R\$ 300.000, vide Nota Explicativa nº 24.

A Administração da Companhia acredita que o aporte de capital em sua controladora, os saldos de caixa atuais, os desenvolvimentos favoráveis quanto à liquidez e disponibilidade de suas linhas de crédito, a geração de caixa operacional futuro e a readequação do seu perfil de endividamento devam ser suficientes para atender às necessidades de capital de giro, despesas de capital, serviço da dívida e outras necessidades para o próximo exercício.

Com base nas projeções de fluxos de caixa da Administração, as quais dependem de fatores como atingimento das metas de produção, volumes e preços de venda, bem como da conclusão das renegociações de dívida em andamento, a Administração entende que a Companhia possua os recursos adequados para continuar as suas operações em um futuro razoavelmente estimável de tempo. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Financeiras (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas financeiras a seguir.

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 29 de junho de 2023.

2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os registros financeiros inclusos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda principal do ambiente econômico (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.2. Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas adiante de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

2.2.1. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.2.2. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de relatório.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas para as circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

2.2.3. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens ou serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que seja provável que os benefícios econômicos fluirão para a entidade quando os critérios específicos forem atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia aplica o modelo do CPC 47 para mensurar e contabilizar a receitas de contratos com clientes, a qual estabelece o reconhecimento da receita em um valor que reflita a contraprestação esperada pela Companhia em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. O modelo é baseado em cinco etapas.

A receita operacional é reconhecida quando todas as condições a seguir forem atendidas:

- Identificação do contrato de venda ou prestação de serviços;
- Identificação das obrigações de desempenho.
- Determinação do valor de contrato;
- Determinação do valor alocado a cada uma das obrigações de desempenho inclusas no contrato; e
- Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou quando as obrigações de desempenho forem satisfeitas.

O reconhecimento da receita ocorre quando ou à medida que a Companhia cumpre uma obrigação de desempenho que consiste em transferir os riscos e benefícios significativos ao transferir o bem ou serviço ao cliente.

Venda de bens

A receita de venda de fertilizantes e outros produtos é mensurada pelo valor da contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens. É reconhecido quando o controle da mercadoria é transferido para o cliente, geralmente na entrega física do produto no local acordado com o cliente.

A Companhia determina o preço de venda analisando o custo de produção e agregando uma margem de lucro estratégica. Uma tabela de preços é elaborada, monitorada e atualizada regularmente.

Prestação de serviços

Quando o resultado de uma transação envolvendo a prestação de serviços pode ser estimada com segurança. A receita associada à transação é reconhecida na conclusão da transação no final do período de relatório.

A obrigação de desempenho é satisfeita e o pagamento ocorre após a conclusão da prestação de serviço pela Companhia.

O resultado de uma transação pode ser estimado de forma confiável quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- i) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- ii) É provável que os benefícios econômicos associados à transação serão transferidos para a entidade;
- iii) A conclusão da transação no final do período de divulgação pode ser mensurada com confiabilidade; e

iv) Os custos incorridos na transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.2.4. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão de imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima dos limites previstos, e ajustados pelo benefício fiscal de 75% sobre o lucro da exploração. A contribuição social foi computada à alíquota de 9%.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Sociedade espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.2.5. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional (Real brasileiro), são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio vigentes na data de relatório. Itens não monetários em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado.

Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e perdas decorrentes do impacto da variação da taxa de câmbio sobre ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

2.2.6. Imobilizado

São registrados pelo custo de aquisição ou construção, ajustados pelas depreciações apuradas com base no método linear, conforme taxas indicadas na Nota Explicativa nº 11, que são equivalentes a uma vida útil estimada. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

2.2.7. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data de reporte.

Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja). Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento. A Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de mudança de uso.

2.2.8. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é baixado quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados quando a Companhia consegue demonstrar:

- A viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Sua intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- A forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- A capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas por impairment. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o ativo é testado anualmente para impairment.

2.2.9. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 06 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Instrumentos derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa.

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteção de riscos relacionados a moedas estrangeiras e não são de natureza especulativa. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia são compostos, em sua maioria, por contratos *non-deliverable forward* (NDF).

2.2.10. Estoques

Os saldos de estoques são substancialmente formados por matérias-primas, produtos semiacabados, material para embalagem, produto acabado e itens de consumo. Sendo registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando esse for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo de produção reflete o método de absorção total de custo industriais.

2.2.11. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a recuperação de seus valores em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado ("*impairment*"). Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data.

2.2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.2.13. Provisões

Geral

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for possivelmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre os recebíveis, o valor apurado reduz o saldo de contas a receber, bem como a receita de vendas, e a reversão do ajuste é feita de acordo com a fluência dos prazos na receita financeira.

Quando ocorre o ajuste a valor presente sobre contas a pagar, o valor apurado reduz o saldo de estoque e fornecedores e a reversão do ajuste ocorre de acordo com a fluência dos prazos na rubrica "Despesas financeiras".

2.2.15. Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos do ajuste a valor presente, calculado com base em taxas estipuladas pela Administração, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração as performances históricas dos clientes (perda esperada). Ainda, a Companhia optou por segregar o componente financeiro do componente de risco de crédito quando na alocação do respectivo ajuste a valor presente entre receita financeira e despesas operacionais, respectivamente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante.

2.2.16. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. No cálculo do valor presente das contas a pagar, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais.

Eventualmente a Companhia opera com operações de Cessão de crédito de fornecedores, onde posterga o pagamento de suas notas fiscais em um curto prazo, porém otimiza o seu fluxo de caixa.

2.2.17. Novas normas e interpretações em políticas financeiras

Determinadas novas normas e interpretações financeiras foram publicadas, mas não são obrigatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Não se espera que essas normas tenham impacto material sobre a Companhia no exercício corrente ou nas futuras demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas financeiras significativas

As áreas que requerem maior nível de julgamento e maior complexidade, bem como aquelas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são divulgadas a seguir:

a) Perda de valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

Os *inputs* considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível.

Nas situações em que esses *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa de instrumentos financeiros.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Provisão para perda de crédito esperadas

As provisões para perdas de ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base nas estimativas futuras ao final de cada exercício, no histórico da Companhia e nas condições existentes de mercado. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na nota explicativa de contas a receber.

e) Tributos

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota Explicativa nº 23.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Banco conta movimento	20.511	30.602
Aplicações financeiras:		
Compromissadas (a)	38.651	3.032
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	25.782	8.736
Fundos de investimentos (c)	3.172	2.832
Total	88.116	45.202

- (a) Aplicações financeiras realizadas na modalidade de renda fixa e mensuradas pelo custo amortizado com remuneração anual de 65% a 100% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário e liquidez imediata (de 65% a 114% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- (b) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos obtidos até a data do balanço. A Companhia mantém em carteira de investimento em Certificados de Depósito bancário, com baixo risco, liquidez imediata e rentabilidade de juros indexados ao CDI que em 2022 renderam entre 96% e 120% (entre 5% e 100% em 2021); e
- (c) Fundos de investimentos são mantidos em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos obtidos até a data do balanço. São mantidos em carteira de investimento com rentabilidade de 94,84% (100% em 2021) do CDI e liquidez imediata.

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em ativos de renda fixa de baixo risco, podendo estar sujeitas a mudança de valor, conforme tipo de ativo.

	2022	2021
Aplicação em cotas (a)	18.921	17.265
Total	18.921	17.265

- (a) Aplicação realizada em cotas na modalidade de renda fixa de baixo risco e mensuradas pelo custo amortizado com a remuneração anual de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (100% em 31 de dezembro de 2021 do CDI) e sem liquidez imediata. Estes investimentos são utilizados como garantia para obrigações financeiras.

6. Contas a receber

a) Composição

	2022	2021
Cientes nacionais	318.172	164.103
Ajuste a valor presente*	(21.746)	(9.110)
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(28.646)	(30.576)
Total	267.780	124.417

(*) Valor presente calculado com base na taxa média mensal de 1,70% ao mês em 2022 e 1,55% ao mês em 2021 cobrada pela Companhia aos seus clientes.

b) Composição do saldo das contas a receber por vencimento

	2022	2021
A vencer	282.123	136.030
Vencidos:		
Até 30 dias	134	-
De 31 a 90 dias	180	89
De 91 a 180 dias	9.265	1.791
De 181 a 360 dias	-	110
Acima de 360 dias	26.470	26.083
Total vencidos	36.049	28.073
Total	318.172	164.103

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(36.613)
Constituição do exercício	-
Reversão/ recebimento do exercício	6.037
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(30.576)
Constituição do exercício	(2.213)
Reversão/ recebimento do exercício	4.143
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(28.646)

7. Saldo e transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações realizados entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Contas a receber – não circulante		
Superbac Biotechnology (a)	19.514	-
Total	19.514	-
Contas a pagar - não circulante		
Superbac Biotechnology (b)	36.387	68.896
Total	36.387	68.896

(a) Refere-se aos contratos de compra para entrega futura constituídos com a Superbac Biotechnology S.A. Os contratos garantem o fornecimento de matéria prima fabricada pela controladora e que são negociadas a preço, prazos e condições pactuadas entre as partes. Previsão para término em junho de 2023.

- (b) Refere-se aos contratos de mútuos atualizado pela taxa de 5,4%a.a. + variação da taxa do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, com vencimento previsto para novembro de 2024.

Remuneração da administração

Durante o exercício de 2022, a remuneração total dos membros da diretoria, incluindo todas as modalidades de remuneração, foi de R\$3.543 (R\$2.816 em 2021), registrada na rubrica “despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

8. Estoques

	2022	2021
Matéria-prima	217.092	117.847
Produtos em processo	30.315	16.272
Embalagens	3.224	2.043
Produto acabado	6.120	8.780
Material de consumo	18.876	9.132
Adiantamentos a fornecedores	7.223	26.695
Total	282.850	180.769

Os saldos de estoques são apresentados ao custo ou ao seu valor realizável líquido, dos dois, o menor.

A Administração estima que a realização dos estoques ocorra em prazo inferior a um ano, por isso o saldo se encontra registrado no ativo circulante. Assim como não provisiona perdas por obsolescência e/ou avarias por entender que os produtos não perdem a validade e o giro dos estoques é alto.

9. Impostos a recuperar

	2022	2021
PIS e COFINS (a)	40.476	34.957
IRPJ e CSLL antecipação (b)	7.523	7.523
IRRF sobre aplicação financeira	2.068	1.313
Total	50.067	43.793
Circulante	2.068	91
Não circulante	47.999	43.702

- (a) Os créditos de PIS e Cofins são gerados na compra de insumos, maquinários e na operação de prestação de serviços de transportes e podem ser compensados com impostos e contribuições federais; e

- (b) O saldo de IRPJ e CSLL antecipados refere-se a valores antecipados sobre lucros tributáveis estimados em exercícios anteriores.

10. Propriedade para investimento

	2022	2021
Imóveis	81.963	81.963
Total	81.963	81.963

Movimentação dos imóveis destinados a venda é conforme demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	77.567
Valor Justo	5.213
Adições	-
Baixas	(817)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	81.963
Saldo em 31 de dezembro de 2022	81.963

A Companhia mantém os ativos descritos acima como propriedades para investimento principalmente para fins de valorização do capital. O valor justo, menos os custos para vender o negócio, são maiores que os valores financeiros dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda. Dessa forma, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ou 2021.

Ressalta-se que este imóvel é dado como garantia de um empréstimo obtido junto ao banco Tricury.

11. Imobilizado

2022									
	Taxas anuais	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferência	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	4.801	-	4.801	28.250	-	-	-	33.051
Edifícios	4%	77.861	(4.611)	73.250	-	-	9.345	(3.527)	79.068
Máquinas e equipamentos	10%	69.008	(20.124)	48.884	479	(4)	8.140	(6.454)	51.045
Veículos	20%	2.943	(2.234)	709	195	(37)	-	(204)	663
Móveis e utensílios	10%	1.301	(471)	830	26	-	-	(134)	722
Instalações	10%	3.415	(591)	2.824	201	-	1.622	(413)	4.234
Equip. de informática	20%	1.390	(877)	513	246	(3)	-	(286)	470
Imobilizado em andam. (i)	-	38.677	-	38.677	18.305	-	(19.107)	-	37.875
Outros	20%	911	(854)	57	46	-	-	(29)	74
Total		200.307	(29.762)	170.545	47.748	(44)	-	(11.047)	207.202

2021									
	Taxas anuais	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Aquisição	Baixas	Transferência	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	4.801	-	4.801	-	-	-	-	4.801
Edifícios	4%	63.255	(3.241)	60.014	149	-	14.457	(1.370)	73.250
Máquinas e equipamentos	12%	57.786	(11.573)	46.213	4.780	(619)	7.061	(8.551)	48.884
Veículos	20%	2.946	(1.958)	988	439	(442)	-	(276)	709
Móveis e utensílios	12%	1.048	(318)	730	49	(4)	208	(153)	830
Instalações	10%	2.744	(284)	2.460	735	(854)	790	(307)	2.824
Equip. de informática	20%	1.380	(665)	715	18	(8)	-	(212)	513
Imobilizado em andam.	-	39.046	-	39.046	22.169	(22)	(22.516)	-	38.677
Outros	20%	835	(830)	5	98	(22)	-	(24)	57
Total		173.841	(18.869)	154.972	28.437	(1.971)	-	(10.893)	170.545

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Companhia faz anualmente manutenção preventiva sendo seus ativos e unidades geradoras de caixa mantidos com valor de uso, já que é o maior em relação ao valor de venda.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indícios de *impairment*.

Garantia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia para operações financeiras. Tais itens incluem as instalações das unidades Fábrica 1, Fábrica 2 e CPBAC, e Fazenda Experimental.

	2022	2021
Veículos	1.621	1.592
Máquinas e equipamentos	3.472	4.784
Hipoteca (Fábrica 1, Fazenda experimental. e CPBAC)	9.131	8.583
Total	14.224	14.959

12. Intangível

	Taxas anuais	2022			Líquido
		Líquido	Aquisição	Amortização	
Pesquisa e Desenvolvimento	20%	4.475	1.032	(658)	4.849
Software	20%	303	243	(99)	447
Total		4.778	1.275	(757)	5.296

	Taxas anuais	2021			Líquido
		Líquido	Aquisição	Amortização	
Pesquisa e desenvolvimento	20%	3.561	1.575	(661)	4.475
Software	20%	307	78	(82)	303
Total		3.868	1.653	(743)	4.778

13. Direito de uso e passivos de arrendamento

A Companhia possui operações de arrendamento de ativos, tais como imóveis e máquinas.

O prazo médio dos contratos de locação de imóveis é de dois anos; porém, eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos são atualizados por uma taxa média de 1,78% ao mês (1,35% ao mês em 2021).

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições, não contendo cláusulas restritivas e os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

A alocação da depreciação do ativo de direito de uso é realizada de forma sistemática e linear, baseada no período do contrato. A vida útil será reavaliada periodicamente de forma a capturar alterações nas intenções de continuidade do arrendamento seja por questões estratégicas ou por intenção do locador.

Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, mediante a ressarcimentos previstos em contrato, o entendimento da Companhia é que esses contratos devem ser tratados como arrendamento mercantil, registrando a despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento.

A movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2020	-
Adição	7.186
Amortização	(2.070)
Em 31 de dezembro de 2021	5.116
Adição	5.274
Amortização	(3.664)
Em 31 de dezembro de 2022	6.726

A vida útil estimada dos ativos é de dois anos.

Os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de aproximadamente 23,57%, variando de acordo com o prazo de cada contrato, e possuem a composição a seguir.

Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação dos passivos de arrendamento mercantil é:

Em 31 de dezembro de 2020	-
Adição de novos contratos	6.952
Apropriação de juros	234
Amortização do principal	(2.070)
Em 31 de dezembro de 2021	5.116
Adição de novos contratos	4.983
Apropriação de juros	549
Amortização do principal	(3.922)
Em 31 de dezembro de 2022	6.726
Circulante	3.836
Não circulante	2.890

14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e corresponde em média 50 dias de prazo médio de pagamento em 31 de dezembro de 2022 (85 dias de prazo médio em 31 de dezembro 2021).

	2022	2021
Cessão de fornecedores (a)	68.626	20.834
Fornecedores nacionais	95.333	58.743
Fornecedores estrangeiros	36.420	54.355
Total	200.379	133.932
Circulante	193.256	133.932
Não circulante	7.123	-

(a) Referente a operações de risco sacado e forfaiting com fornecedores. As operações são negociadas junto a instituições financeiras para possibilitar aos fornecedores da Companhia a antecipação de recebíveis decorrentes de vendas de mercadorias e, conseqüentemente, o alongamento dos prazos de pagamento das obrigações da própria Companhia. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seus fornecedores, tendo em vista que a participação dos mesmos não é obrigatória. A Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial e nem alterações nas condições comerciais existentes entre a Companhia e seus fornecedores.

15. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	2022	2021
Debênture (a)	21,61%	54.085	64.827
Capital de giro (b)	12,28% a 35,88%	359.360	139.217
Finame (c)	-	-	280
Leasing	15,54%	3.183	4.162
BNDES (d)	-	-	8.781
Empréstimos internacionais (e)	13,47% a 33,81%	172.645	40.401
Desconto de duplicatas (f)	19,54% a 38,19%	117.730	16.951
Custo de captação		(8.234)	(5.307)
Total		698.769	269.312
Circulante		651.892	235.689
Não circulante		46.877	33.623

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2024	2025	Total
Capital de giro (b)	44.738	193	44.931
Leasing	1.564	382	1.946
Total	46.302	575	46.877

(a) Debênture

Em 15 de outubro de 2018, a Companhia realizou a 2ª (segunda) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e adicional real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com prazo de vencimento em 15 de junho de 2023 no valor total de R\$ 100.000, e remuneração de CDI + 3,8%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados a liquidação de instrumentos financeiros de capital de giro, bem como a gestão ordinária dos negócios da emissora.

Até a emissão desse relatório, a Companhia não obteve a dispensa por descumprimento das obrigações contratuais contidas nas cláusulas de restrição financeira (*covenants*) e o saldo encontra-se classificado no passivo circulante.

(b) Capital de giro

Os empréstimos obtidos das instituições financeiras nas diversas modalidades de capital de giro possuem encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Tendo como objetivo suprir as necessidades do fluxo de caixa operacional da Companhia em virtude da sazonalidade do mercado de agronegócio.

A Companhia possui Crédito Direto ao Consumidor (CDC) – Veículos e Cédula de Crédito Bancário (CCB), sendo condições padrões e usuais de CCB indexadas a CDI/Selic, pagamento de principal e juros mensais/trimestrais ou semestrais, dependendo do contrato.

A Companhia possui também Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA), papéis de renda fixa lastreadas em operações de crédito do setor de agronegócio com remuneração entre 6,80% a.a. e 11,17% a.a., com o saldo de R\$ 19.491 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 7.841 em 31 de dezembro de 2021).

(c) Finame

Os empréstimos obtidos por meio do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame) possuem encargos financeiros equivalentes a taxas prefixadas e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) somados a um “spread” fixo.

O prazo médio de amortização dos contratos desta modalidade é de 12 meses, sendo os juros pagos mensalmente e demais condições conforme definidas nos contratos.

(d) Projeto Inova Agro – BNDES

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES com objetivo de **(i)** financiar o projeto para “Construção do centro de pesquisa em biotecnologia para o agronegócio e fazenda-modelo para testes de eficácia agrônômica” dos produtos desenvolvidos pela Companhia em sua fábrica em Mandaguari – PR; e **(ii)** a aquisição de máquinas e equipamentos. Os empréstimos foram liquidados em maio de 2022.

(e) Empréstimos e financiamentos internacionais

O empréstimo obtido das instituições financeiras na modalidade de Finimp, tem por objetivo o financiamento das mercadorias adquiridas através de fornecedores internacionais, otimizando o fluxo de caixa operacional da Companhia.

Os valores de empréstimos e financiamentos internacionais foram tomados em dólares americanos.

O prazo médio de amortização dos contratos nessa modalidade é de seis meses, sendo condições de amortização e juros conforme definidos nos contratos.

(f) Desconto de duplicatas

A operação de desconto de duplicatas é uma estratégia em que a Companhia antecipa o recebimento de determinados créditos para levantar recursos junto aos bancos.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme apresentada abaixo:

	2022	2021
Saldo Inicial	269.312	221.464
Captações	755.769	133.241
Juros incorridos	74.609	25.588
Amortização principal	(332.693)	(88.189)
Pagamento de juros	(66.305)	(20.372)
Custo de captação	(1.923)	(2.420)
Saldo Final	698.769	269.312

Garantias

As garantias fornecidas para os empréstimos e financiamentos são compostas de alienação fiduciária dos bens financiados, hipotecas, notas promissórias, aplicações financeiras e cessão fiduciária de recebíveis.

Vide Notas Explicativas nº 5 – Aplicações financeiras; nº 10 – Propriedades para investimentos; e nº 11 – Imobilizado.

Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

Os contratos de financiamento classificados como debêntures (item (a)) estavam sujeitos a *covenants* financeiros.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não havia obtido o *waiver*, portanto os valores das debêntures tiveram seus saldos reclassificados para o curto prazo.

16. Adiantamento de clientes

A Companhia possui contratos com clientes negociados na modalidade de pagamento antecipado. O intuito é garantir o fornecimento do produto, em caráter prioritário, mediante a demanda dos clientes.

O saldo registrado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 101.199 (R\$ 118.099 em 31 de dezembro de 2021) e refere-se a antecipações para o período de safra que se inicia no período de junho a dezembro, encerrando o ciclo com a emissão de todas as notas fiscais mediante a entrega dos produtos.

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	Cíveis	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.106	821	1.927
Adição	-	820	820
Reversão	-	(1.345)	(1.345)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.106	296	1.402
Adição	-	930	930
Reversão	-	(915)	(915)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.106	311	1.417

A Companhia é parte passiva de 15 causas (11 causas em 31 de dezembro de 2021) cíveis com risco de perda possível que somam R\$ 10.736 (R\$ 10.244 em 31 de dezembro de 2021), cuja principais causas são as seguintes:

- i) Autos de infração ambiental referente a atividades de sem autorização ou atividades consideradas poluidoras pela autoridade ambiental. Risco possível de perda calculado em 31 de dezembro de 2022 no valor estimado de R\$ 4.666 (R\$ 3.511 em 31 de dezembro de 2021);

- ii) Demais processos referentes a questionamentos comerciais na venda de fertilizantes que se somam em R\$ 6.070 (R\$ 6.733 em 31 de dezembro de 2021), classificados como risco possível de perda em 31 de dezembro de 2022.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$70.000 e está representado por 9.081.969 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal

Em 6 de dezembro de 2021 a Controladora da Companhia, Superbac Biotechnology celebrou um acordo de reorganização, no qual a Bio Genesis transfere à Superbac 2.132.131 ações representativas de 23,48% do capital total e votante da Fertilizantes para a quitação de certas dívidas da Bio Genesis.

Com a concretização da cessão e da transferência dessas ações, a Superbac Biotechnology passou a ser titular de 9.081.969 ações, representativas de 100% do capital social total e votante da Fertilizantes assim distribuídas:

Acionistas	2022		2021	
	Ações	%	Ações	%
Superbac Biotechnology Solutions S.A.	9.081.969	100%	9.081.969	100%
Total	9.081.969	100%	9.081.969	100%

b) Reserva legal

Conforme a Lei da Sociedade por Ações, a Companhia apropria 5% de seu lucro líquido anual para reserva legal, até que esta atinja 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

c) Reserva de lucro

O percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação para a “reserva de reinvestimentos”, que tem como objetivo, reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.

d) Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado a destinação de dividendos mínimos anuais em fator referencial de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei da Sociedade por Ações.

Em função da ausência de lucro acumulado em 2022 e 2021 não houve constituição de reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos.

18.1. Prejuízo por ação (básico e diluído)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(102.076)	(282)
Quantidade de ações	9.081.969	9.081.969
Prejuízo por ação (básico e diluído) – R\$	(0,01)	(0,03)

19. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita bruta		
Vendas de produtos	1.165.442	779.116
Ajuste a valor presente	(73.724)	(31.594)
Total	1.091.718	747.522
Deduções:		
Impostos sobre vendas	(39.006)	(28.442)
Devoluções	(19.874)	(18.446)
Receita líquida	1.032.838	700.634

20. Demonstração dos custos e despesas por natureza

	2022	2021
Mercadorias	(711.556)	(471.445)
Despesa e custo com pessoal	(39.272)	(35.158)
Despesa e custo com serviços de terceiros	(47.976)	(40.083)
Despesa e custo com fretes	(41.915)	(39.686)
Despesa com comissão	(36.553)	(35.321)
Despesa e custo com manutenção	(11.941)	(12.793)
Depreciação e amortização	(11.804)	(11.636)
Despesas e custo com material de uso e consumo	(27.530)	(19.259)
Despesas e custo com energia elétrica	(7.752)	(6.794)
Despesas e custo com viagens e estadias	(1.641)	(827)
Perda por clientes incobráveis	-	(5.784)
Amortização de direito de uso (IFRS 16)	(3.664)	(1.909)
Despesa e custo com veículos	(715)	(312)
Reversão / (Provisão) para perdas de créditos esperadas	1.930	6.036
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(15)	(352)
Atualização do valor justo de propriedade para investimento	-	5.213
Outros	(22.885)	(6.540)
Total	(963.289)	(676.650)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(808.038)	(554.272)
Despesas com vendas	(119.499)	(94.052)
Despesas Gerais e administrativas	(36.931)	(33.388)
Outras (despesas) receitas, líquidas	1.179	5.062
Total	(963.289)	(676.650)

21. Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	7.772	2.141
Ajuste a valor presente	61.088	29.744
Juros recebidos	-	3.014
Derivativos	5.579	5.862
Outras receitas financeiras	223	403
Total	74.662	41.164
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(74.609)	(25.588)
Juros passivos	(51.445)	(9.897)
Remuneração com fiadores	(549)	(329)
Despesas bancárias	(16.295)	(3.550)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(6.667)	(1.751)
Descontos concedidos	(32.733)	(9.656)
Derivativos (perda)	(54.601)	(10.685)
Outras despesas financeiras	(378)	(101)
Total	(237.277)	(61.557)
Variação cambial		
Ganhos	38.326	3.746
Perdas	(35.649)	(11.875)
Variação cambial, líquida	2.677	(8.129)
Total do resultado financeiro, líquido	(159.938)	(28.522)

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Diferidos

As diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável são as seguintes:

	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	9.450	22.467
Decorrentes de diferenças temporárias:		
Provisão para perdas de créditos esperadas	9.739	10.396
Ajuste a valor presente	7.394	3.097
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	482	477
Provisões diversas	9.755	4.676
Valor justo de propriedade para investimento	(11.477)	(11.477)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	25.343	29.636

b) Movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	Adição	Baixa	2022	Impacto resultado
IR diferido ativo	29.636	9.129	(13.422)	25.343	(4.293)

	2020	Adição	Baixa	2021	Impacto resultado
IR diferido ativo	23.272	13.898	(7.534)	29.636	6.364

Com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, a Companhia prevê a realização para o imposto de renda diferido ativo oriundo do prejuízo fiscal no período de dois anos.

c) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 2022 e 2021.

A seguir está apresentada a reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(90.389)	(4.538)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	30.732	1.543
Efeito das adições e exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Imposto diferido não reconhecido	(47.641)	-
Outras diferenças permanentes	5.222	2.713
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(11.687)	4.256
Correntes	(7.394)	(2.108)
Diferidos	(4.293)	6.364
Total	(11.687)	4.256
Alíquota efetiva	(12,93%)	94%

Os impostos de renda diferidos ativos não reconhecidos correspondem à parcela do benefício fiscal referente à utilização futura de perdas operacionais líquidas e diferenças temporárias que a Companhia não reconheceu devido à falta de expectativa de utilização em projeções futuras.

23. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, contas a receber de clientes e fornecedores, empréstimos e financiamentos.

A Companhia executa operações financeiras exclusivamente para fins de proteção a exposição de variáveis financeiras, sendo a gestão destes instrumentos efetuados através de Políticas e controles internos.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores financeiros dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

		Agro 2022	Agro 2021
Ativo Financeiro			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	88.116	45.202
Aplicações financeiras	Custo amortizado	18.921	17.265
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	258.517	124.417
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	19.514	-
Outros ativos	Custo amortizado	13.440	11.276
Total		398.508	198.160
Passivo Financeiro			
Fornecedores	Custo amortizado	200.379	124.474
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	36.387	68.896
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	698.769	269.312
Instrumentos financeiros	Valor justo através do resultado	3.570	2.499
Outras contas a pagar	Custo amortizado	20.237	16.755
Total		959.832	481.936

Risco de crédito

A Companhia realiza a gestão do risco de crédito referente ao contas a receber através do contínuo acompanhamento dos vencimentos e prazos de financiamento das vendas, amparado por Política de Crédito e controles internos.

Quanto ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação e com remuneração em títulos de renda fixa de baixo risco.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos por meio de ferramentas internas de controle como políticas, comitês, nível de endividamento, definição de gastos e novas captações de recursos.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Risco da taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) da Companhia são remunerados pela CDI e taxas pré-fixadas.

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	88.116	45.202
Aplicação financeira	18.921	17.265
Contas a receber de partes relacionadas	19.514	-
Empréstimos e financiamentos	(672.398)	(269.312)
Total	(545.847)	(206.845)

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, as quais são unicamente denominadas em dólares norte-americanos (US\$).

A exposição cambial indexada ao dólar norte-americano (US\$) é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Fornecedores estrangeiros	36.420	54.356
Empréstimos e financiamentos	172.645	40.401
Exposição líquida	209.065	94.757

Operações com instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos têm a finalidade de proteger a Companhia da exposição à moeda estrangeira. A Companhia não possui ou emite instrumentos de derivativos para fins especulativos.

A Companhia utiliza contratos de câmbio a termo para mitigar a exposição cambial decorrente de compras de matérias-primas em dólares norte-americanos. Durante o exercício de 2021, a Companhia designou os contratos de câmbio a termo como *hedge* de fluxo de caixa. No exercício de 2022, a Companhia não efetuou novas designações e passou a reconhecer os efeitos destes instrumentos diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são mensurados pelo valor justo e estão resumidos a seguir:

	2022	2021
Contratos NDF	3.181	2.499
Contratos SWAP	389	-
Passivos financeiros derivativos	3.570	2.499

Hedge de fluxo de caixa

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Movimentação no valor justo do instrumento de hedge reconhecido em outros resultados abrangentes	(988)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(988)
Movimentação no valor justo do instrumento de hedge reconhecido em outros resultados abrangentes	988
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

Posição em 2022

Operação	Data de vencimento	Passivo	Ativo	Contraparte	Nocional (USD)	MtM (BRL)
NDF	Junho de 2023	BRL	USD	Banco do Brasil	14.282	(2.854)
NDF	Abril de 2023	BRL	USD	Banco Itaú	11.113	(265)
NDF	Março de 2023	BRL	EUR	Banco Itaú	7.931	(62)
SWAP	Julho de 2023	BRL	USD	Banco Bradesco	1.399	(389)
Total					34.725	(3.570)

Posição em 2021

Operação	Data de vencimento	Passivo	Ativo	Contraparte	Nocional (USD)	MtM (BRL)
NDF	Junho de 2022	BRL	USD	Banco do Brasil	2.049	(351)
NDF	Julho de 2022	BRL	USD	Banco CCB	2.207	(36)
NDF	Março de 2022	BRL	USD	Banco Daycoval	2.284	(681)
NDF	Abril de 2022	BRL	USD	Banco Itaú	6.146	(443)
NDF	Fevereiro de 2022	BRL	EUR	Banco Itaú	9.458	(988)
Total					22.144	(2.499)

24. Eventos subsequentes**Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária**

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, no sentido de que uma decisão definitiva individual sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos a partir de uma decisão da Corte em sentido contrário do STF, proferida em ação direta de inconstitucionalidade ou repercussão geral. Baseada no posicionamento do STF e no Ofício-Circular 1/2023, emitido pela CVM, a Companhia e os assessores jurídicos externos avaliaram o tema e os impactos nas suas contingências e, baseada nas informações dos assessores, informa que neste momento não foram identificados processos que pudessem representar impactos em suas demonstrações financeiras.

Encerramento do Contrato de Combinação de Negócios com a XPAC

No dia 2 de maio de 2023, a SuperBac Bio, controladora da Companhia, informou à XPAC que decidiu rescindir o Contrato de Combinação de Negócios com base em diversos fatores, incluindo condições de mercado desfavoráveis, riscos de se tornar uma empresa de capital aberto em um mercado desafiador e a falta de investimentos PIPE que forneceriam recursos à PubCo. A partir de 3 de maio de 2023, ambas as partes concordaram em rescindir o contrato de acordo com um Contrato de Rescisão, que inclui a liberação mútua de responsabilidades e a rescisão automática de outros contratos relacionados.

Assinatura de contrato de investimento

Após a rescisão do Contrato de Combinação de Negócios, a SuperBac e o negócio de private equity da XP Inc. e suas subsidiárias (“XP Private Equity”) passaram a buscar um investimento privado na SuperBac para apoiar o crescimento contínuo da SuperBac como uma empresa privada.

Tal investimento privado foi realizado com o fundo XP Private Equity II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo XP”). A operação com o Fundo XP foi consumada em 12 de maio de 2023, através da assinatura do Investment Agreement And Other Covenants (“Contrato”). Com a assinatura do contrato, o Fundo XP integralizará na Superbac, o montante de R\$ 300.000 e, em troca desse montante, deterá uma participação de 30% do seu capital social. Na data de assinatura do contrato, o Fundo XP integralizou R\$ 30.000 na Superbac, a título de adiantamento de integralização, sendo que os restantes R\$ 270.000 serão integralizados em até 30 dias após a data da assinatura do Contrato.

No dia 29 de junho de 2023, o referido contrato foi aprovado em assembleia geral extraordinária pelos acionistas da Superbac Biotechnology.

* * *